

# Cursos de especialização: busca da qualidade e exigência social

Magali Demoner Bermond,  
Conselheira Federal de Farmácia pelo Espírito Santo  
e Presidente da Comissão de Ensino do CFF.



É crescente o interesse pela continuidade dos estudos, após a conclusão de um curso universitário, por parte de alunos de todas as áreas de ensino. Esta modalidade de formação vem ganhando importância, nos últimos anos. O forte interesse pelos estudos, depois da graduação, deve-se à combinação de vários fatores culturais e econômicos, dentre os quais podemos destacar:

- A demanda das empresas e organizações, no mundo do trabalho, quer seja pública ou privada;
- Um maior acesso da população a cursos superiores, o que motiva a busca da diferenciação por quem já alcançou a graduação;
- Uma maior disponibilidade de oferta de cursos de pós-graduação a nível de especialização acadêmicos ou não;
- Uma forte pressão social, que valoriza e distingue pessoas especializadas;
- Interesse e motivação pessoal, tendo em vista que a graduação já não está dando conta da formação profissional, necessitando o egresso de nível superior buscar ampliação de seus conhecimentos para aquisição de competências e habilidades específicas.

Ao terminar seu curso, o futuro profissional encontra uma série de possibilidades para a continuidade de seus estudos, ofertas estas que apelam para os imperativos da atualização e da especialização, além da ampliação de chances de colocação, no mundo do trabalho, cada vez mais competitivo.

Entre as várias modalidades de pós-graduação existentes, na área e especificamente em cada profissão da área da saúde, aparecem os cursos de extensão, de especialização (do tipo MBA), como também, além da especialização, os graduados estão buscando alcançar um degrau maior, que é o mestrado.

A importância da especialização tomou um caminho sem volta, na medida em que se analisa a disseminação do ensino superior, que é muito recente, relacionado com o comprometimento da

qualidade dos cursos de graduação, no País.

Somente a partir da década de 60, iniciou-se o processo de abertura de novos cursos fora da esfera pública e de popularização do acesso ao ensino universitário. Porém enquanto se abriam oportunidades de educação, incorporando segmentos de classes média e baixa e inaugurando uma nova mentalidade de qualificação profissional e de continuidade na educação, este processo, também, gerou alguns problemas sérios. Ou seja, o crescimento desordenado do sistema universitário implicou numa perda de qualidade do ensino.

Ha necessidade de uma definição clara do propósito do ensino superior. Nela, está o reconhecimento de que é importante se manter as ilhas de excelência na educação, mas que, também, é preciso encontrar um modelo para a educação de cunho técnico-profissional voltada para a realidade, para o mundo da prática.

Esta discussão nunca foi realizada com a profundidade devida em nossa sociedade e, durante um bom tempo, o que se viu foi uma desarticulação nas políticas de abertura e manutenção de cursos superiores por todo o País, os quais nunca mereceram qualquer espécie de controle ou de verificação dos resultados obtidos.

Nos últimos anos, o Governo Federal implementou uma tentativa de elevar o padrão médio das Instituições de Ensino Superior. Primeiro, com o Exame Nacional de Cursos (ENC) e, mais recentemente, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), importante instrumento implantado pelo Ministério da Educação, foram os mecanismos desenvolvidos, com o propósito de oferecer à sociedade uma visão da situação dos cursos oferecidos. Também, com a participação dos Conselhos Federais de Profissões regulamentadas na avaliação de Cursos de Graduação para abertura, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

No dia 5 de agosto de 2011, o Ministro da Educação interino, José Henrique Paim Fernandes, publicou o parecer

“Não se pode negar que os Conselhos Profissionais, as Associações e Sociedades de Classe tem oferecido cursos de especialização de excelente qualidade, capacitando os profissionais para o exercício profissional, que é o principal objetivo desses cursos”

(Magali Demoner Bermond, Conselheira Federal de Farmácia pelo Espírito Santo e Presidente da Comissão de Ensino do CFF).

CNE/CP Nº. 3/2011, colocando o fim de credenciamentos especiais de instituições não educacionais para a oferta de cursos de especialização, nas modalidades de educação presencial e à distância.

Entretanto, deixa claro “que nada impede que as instituições não educacionais que desejarem garantir qualidade na oferta de seus cursos de especialização observem os padrões mínimos estabelecidos pela Resolução CNE/CES nº 1/2007”.

Não se pode negar que existem cursos de especialização de baixa qualidade ministrados tanto por instituições de ensino superior, quanto por instituições não educacionais e vice-versa. Mas, também, não se pode negar que os Conselhos Profissionais, as Associações e Sociedades de Classe tem oferecido cursos de especialização de excelente qualidade, que tem capacitado os profissionais para o exercício profissional, que é o principal objetivo desses cursos.